



ILAESE

Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos

www.ilaese.org.br

CONTY A-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim mensal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 12, N° 93 - Agosto de 2022

Os desafios para organizar uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada

Agosto de 2022

No número passado deste boletim tratamos das modificações na anatomia da classe trabalhadora brasileira após a Reforma Trabalhista. Neste mês seguiremos no tema, mas agora com ênfase na precarização e nos desafios para organizar essa classe.

O texto a seguir se baseia no capítulo 03 do estudo “Os Impactos da Reforma Trabalhista de 2017 na Estrutura Sindical Brasileira”. Para ter acesso à pesquisa completa, visite ilaese.org.br.

Boa leitura!

Precarização atualizada

Péssimas condições de trabalho, jornadas extenuantes, baixos salários, enfim, tudo aquilo que caracteriza o trabalho precário nos dias de hoje tem uma longa herança. Os séculos de escravidão negra e indígena deixaram marcas profundas nas relações entre as classes no país. Isso é facilmente verificado atualmente nas diferenças salariais entre brancos e negros, por exemplo.

A agenda capitalista neoliberal atualizou essas características gerais. Nesse cenário de transformações no mundo do trabalho, com a economia inserida no processo da globalização, foram implementadas políticas de restrição violenta aos direitos sociais e trabalhistas.

Essa orientação tem alimentado relações de trabalho radicalmente precárias, como as análogas à escravidão. Desde 2017, a Reforma Trabalhista contribuiu para expor a classe trabalhadora

cada vez mais a isso no campo e na cidade. Só até junho de 2022, já foram resgatadas 500 pessoas nessa situação¹.

O neoliberalismo também se caracteriza por diminuir os investimentos nas áreas sociais. Nesse sentido, ao mesmo tempo que afrouxa os empecilhos para os patrões dentro dos locais de trabalho, fora deles restringe a capacidade de controle público.

Para seguir no mesmo exemplo: outra face dessa realidade é o desmonte da estrutura de fiscalização, o que obviamente facilita bastante a vida de quem pretende levar ao limite a exploração da trabalhadora e do trabalhador. Hoje, por exemplo, faltam cerca de 4 mil auditores fiscais para cobrir o território nacional².

Contudo, essa realidade tem faces menos extremas e mais comuns. De tão corriqueiras acabaram sendo naturalizadas, inclusive por quem deveria responder a ela de um ponto de vista classista.



¹ <https://www.camara.leg.br/noticias/888596-so-neste-ano-500-pessoas-ja-foram-resgatadas-do-trabalho-analogo-a-escravidao-no-brasil/>

² Idem.

Saída para o capital, impasse para os trabalhadores

Como resposta à crise capitalista da década de 1970, em várias regiões do mundo foram introduzidas medidas de redução dos direitos trabalhistas. Em um processo amplo e profundo de desregulamentar o arcabouço de proteção da força de trabalho, abriu-se caminho para predominância das relações de trabalho informal.

A terceirização passou a se disseminar como forma de desagregação brutal dos direitos sociais e trabalhistas. Ela foi o mecanismo que veio potencializar as relações informais de trabalho, muito antes do processo de reestruturação produtiva. Com o tempo normalizou-se a existência num mesmo local de trabalho de segmentos de trabalhadores diferenciados: uma minoria com direitos preservados e outro setor de trabalhadores temporários com direitos reduzidos.

Esse tipo de relação deixou a classe absolutamente marginalizada no mundo do trabalho. Mais vulnerável a qualquer oscilação da economia e a decisões políticas, verificou-se uma crescente desorganização política e sindical.

No Brasil, iniciamos os anos 1990 saindo de um período considerado como a década perdida. Lembremos que na década de 1980 uma parcela significativa de países da periferia capitalista teve as suas economias arrasadas pelas crises econômicas, que tornaram as nações prisioneiras do endividamento com o FMI.

Nessa nova realidade, os direitos históricos que durante muitas décadas foram protegidos pela legislação trabalhista ficaram vulneráveis aos ataques dos governos e da patronal, que se aproveitaram da nova situação, de uma relação de forças desfavorável para a classe trabalhadora, para eliminar drasticamente conquistas de décadas.

Essa pequena história ilustra bem que o capital sempre busca movimentar-se com rapidez, com o objetivo de encontrar saídas para suas crises. Essas soluções sempre vão no sentido de recuperar a taxa de lucro, mesmo que isso signifique descartar em massa a força de trabalho, gerando um desemprego estrutural.



Os *sindicatos* diante de uma realidade em mutação

A introdução acelerada das mudanças nas relações de trabalho resultou em um cenário adverso. As organizações de classe sofreram um impacto que levou o movimento a viver um processo de refluxo, de decadência, diminuindo a potencialidade da resistência dos sindicatos frente aos ataques patronais.

Para se ter uma ideia disso, basta recordar que nos anos 80 países como Polônia, África do Sul e Brasil, viram se desenvolver organizações sindicais pujantes com líderes que ganharam notoriedade política. Mas essa localização do movimento não foi suficiente para barrar a avalanche das políticas neoliberais. O sindicalismo não conseguiu se desvencilhar do modelo legalista, prisioneiro da rotina e incapaz de impor uma articulação que rompesse as fronteiras da estrutura verticalizada e corporativista.

Em um cenário da economia globalizada, o movimento sindical que havia acumulado uma vasta experiência de lutas, se sentiu impotente para desaguar o processo de resistência às medidas de ataques a classe trabalhadora. Diante dessa fragilidade do movimento de massas, a patronal impôs uma dinâmica nas relações capital e trabalho que desconsiderou as mesas de negociação passando, inclusive, a incentivar a pulverização da representação sindical em sindicatos por empresas.

Pelo fato dos dirigentes sindicais, na sua grande maioria, viverem um processo de adaptação aos aparatos sindicais, desconectados das suas bases, sem organização por local de trabalho, toda esta realidade se tornou um obstáculo, que os impediu de realizarem uma reflexão que potencializasse a retomada da luta da classe trabalhadora, ajudasse a consolidar uma consciência de classe necessária para fomentar enfrentamentos capazes de se contrapor aos ataques desferidos pelos governos e pela patronal.

À precarização do trabalho correspondeu também a fragmentação das bases sindicais, com a classe dividida em trabalhadores efetivos, com direitos, estabilidade e por outro lado, no mesmo local de trabalho, trabalhadores em tempo parcial, temporários, terceirizados.

O desemprego alimentou o exército industrial de reserva, que potencializou novas formas de contratação precárias. Esse cenário deixou o movimento sindical sem ação, uma vez que só organizava os trabalhadores com contratos fixo de trabalho, com carteira assinada. Diante dessa situação, de um movimento com baixa representatividade sindical, já que 80% dos trabalhadores efetivos não eram sindicalizados, o aumento da mão de obra informal levou à realidade de uma representatividade dos sindicatos cada vez menor.

Outro agravante para o sindicalismo é o fato de não colocar em xeque o sistema capitalista. Fica-se nos marcos da legislação formulada pelo Estado, com suas ações reivindicando em geral questões ligadas exclusivamente às categorias. Essa limitação o impede de formular uma estrutura livre, independente dos laços do Estado, autônoma e com a capacidade de

fomentar uma resistência que pautar a luta pelo socialismo.

Este modelo sindical presente no nosso dia a dia é incapaz de pautar desafios que possibilitem a existência de organismos coletivos que formulem uma atuação política, econômica e social, apresentando saídas que procurem superar os problemas estruturais da sociedade.

Reorganização sindical em curso

Em várias partes do mundo está em curso uma reorganização sindical nas novas categorias, contra a ofensiva antissindical das grandes corporações. Em abril deste ano, os trabalhadores de um depósito da Amazon em Nova Iorque criaram o primeiro sindicato na empresa nos EUA.³ Outro evento notável foi a reunião do Labor Notes, que reúne novos sindicatos combativos de empresas como a Starbucks e grupos em setores tradicionais como a indústria⁴.

Em Londres, na Inglaterra, a mobilização dos trabalhadores da UBER conseguiu o reconhecimento pela justiça inglesa ao salário-mínimo, férias e aposentadoria. Nessa luta esteve à frente o IGWB (Sindicato de Trabalhadores Independentes da Grã-Bretanha) que representa os motoristas de aplicativos, faxineiros, funcionários de institutos de caridade, entre outros. Fundado em junho de 2013, ele tem em sua base uma importante

participação de imigrantes. O IGWB faz parte da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas, da qual a CSP-Conlutas é parte integrante.

No Brasil, existem vários exemplos desse processo de lutas e organização dos trabalhadores precarizados. Um deles é a luta dos terceirizados da Petrobrás que tiveram no SINDIPETRO de Sergipe e Aracaju seu ponto de apoio na defesa por melhores condições de vida e de trabalho. Desde o final dos anos 90 quando intensifica a terceirização na Petrobrás, o sindicato tem uma atuação pioneira na categoria dos terceirizados da Petrobrás organizando as lutas desses trabalhadores com greves e mobilizações.

Em Pernambuco, a CELPE (Companhia de Eletricidade de Pernambuco) uma ex-estatal que após a privatização passou para o grupo multinacional espanhol Iberdrola, ela terceirizou toda a manutenção.

³ <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2022/04/09/Por-que-o-primeiro-sindicato-da-Amazon-nos-EUA-%C3%A9-um-marco>

⁴ <https://mundosindical.com.br/Noticias/52929,CSP-Conlutas-participa-da-Conferencia-Labor-Notes-em-Chicago-EUA>

Por falta de resposta do sindicato que atendia os primarizados, fundaram o sindicato dos eletricitas (Setete-PE). Em São Paulo, foi criado o Movimento Entregadores Antifascistas que teve uma importante participação na luta dos trabalhadores de aplicativos por direitos, inclusive ao básico como acesso ao álcool gel e alimentação. A luta é permanente para que esses novos sindicatos e movimentos não

se burocratizam e passem a conciliar com os patrões. Se por um lado a classe trabalhadora precisa enfrentar a dispersão com as divisões impostas pelos capitalistas e governos, de outro esses trabalhadores precarizados mostram muita disposição de luta e se organizam. Protagonizam lutas no mundo inteiro e se organizam nos sindicatos existentes ou criam organizações.



Conclusão

Pelo exposto, fica nítido que o modelo sindical atual não está à altura de responder aos novos desafios da atualidade, sendo absolutamente necessário repensar a maneira de atuar.

Para responderem às demandas atuais, inseridas em um contexto de novas relações de trabalho e uma maior heterogeneidade na composição da classe, os sindicatos terão que se transformar em instrumentos de luta mais eficazes, dialogando com atores sociais excluídos de direitos essenciais e agrupando

sindicalizados e não-sindicalizados.

Além disso é fundamental incorporar demandas não diretamente relacionadas às questões trabalhistas, mas que as perpassam. As lutas contra as opressões são um dos maiores exemplos disso.

Finalmente, com uma visão mais ampla, internacionalizando as ações para romper as fronteiras do sindicalismo rotineiro, devem concretizar o compromisso de acolher a maioria da classe trabalhadora independentemente da sua nacionalidade.



 (31) 9697-4672

 ilaese@ilaese.org.br

 [.com/ilaese](https://www.facebook.com/ilaese)

 [@ilaese.org.br](https://www.instagram.com/ilaese.org.br)

EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 9697-4672- ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.